



# Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário  
Estevam Galvão: 2º Secretário  
Chico Sardelli: 3º Secretário  
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente  
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente  
Milton Vieira: 3º Vice-Presidente  
Jooji Hato: 4º Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 241 • São Paulo, quinta-feira, 28 de dezembro de 2017

www.imprensaoficial.com.br

## Orçamento para 2018 é aprovado pela Alesp

MARINA MENDES - FOTO: VILMA JACOB

O Plenário da Alesp aprovou, com emendas, o Projeto de Lei 902/2017, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018, na última quarta-feira (27/12). As receitas estimadas e as despesas fixadas foram da ordem de R\$ 216,9 bilhões. Desse total, R\$ 133,8 bilhões resultam da arrecadação de ICMS, principal fonte de receita do governo estadual.

Da receita estimada para 2018 deverão ser direcionados cerca de 20% para a educação, 12% para saúde e 10% para a segurança pública.

De acordo com os tipos de dotação abrangidos, o orçamento estadual divide-se em fiscal, da seguridade social e de investimentos em empresas. O fiscal é composto pelas dotações dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além do Ministério e da Defensoria Públicos. O da seguridade social, pelas dos órgãos e entidades que executam ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social. O de investimentos, pelas dotações para as empresas de economia mista em que o Estado detém a maioria do capital social.

Para o relator do orçamento, deputado Marco Vinholi (PSDB), muitas demandas foram atendidas pelo projeto. “Dentre elas, obras de mobilidade e investimentos em educação. São Paulo está reagindo à crise financeira nacional: mais de 5% de aumento do ano passado para este ano”, disse.

A votação iniciou-se na madrugada de quarta-feira (27/12), quando o projeto foi aprovado, junto com algumas das emendas. Dos deputados presentes, 53 votaram favoravelmente ao projeto e 1 de forma contrária. Fizeram obstrução as bancadas do PSOL, do PMDB,



Deputados votam orçamento no plenário JK

do PT, do DEM, do PPS, do PSB, do PV, do PSC e do PR.

Parte das emendas permaneceu em pauta e foi votada na sessão seguinte, sendo aprovada com 56 votos favoráveis e nenhum contrário. Em obstrução as bancadas do PSOL, do PMDB, do PT, do DEM, do PPS, do PSD, do PSB, do PV e do PSC.

A oposição apresentará em separado os pontos divergentes à proposta. “Tenho orgulho da bancada do PT, que lutou e resistiu bravamente até agora. A Assembleia de São Paulo é a única do país que ainda está trabalhando. Esse orçamento judia dos servidores públicos, e arreventa as universidades”, declarou o deputado João Paulo Rillo (PT).

Aprovado pela Alesp, o documento segue para sanção do governador e, transformado em lei, passará a vincular as obrigações financeiras do Estado para o próximo ano.

### Emendas parlamentares

As sugestões e as demandas da população colhidas nas Audiências Públicas do Orçamento, realizadas em todas as regiões administrativas do Estado durante o segundo semestre deste ano, resultaram em 25 emendas de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp. Segundo o parecer da comissão, o objetivo foi reforçar as áreas apontadas como prioritárias por cada região.

As ações Melhor Caminho e Proac/Editais, respectivamente das secretarias de Agricultura e Abastecimento e da Cultura, receberão R\$ 10 milhões para cada – valor 10 vezes superior ao previsto inicialmente.

Os recursos da educação foram suplementados para programas da educação básica, ensino técnico e superior. Além disso, para investir na compra de carteiras escolares, modernização das salas de aula e do auditório da Famerp e concluir a obra do ginásio da

Unesp - Campus de Franca.

Também houve suplementação para a área da saúde, remanejando recursos para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e para maior apoio financeiro aos municípios, destinados a compras de equipamentos para unidades de saúde. Mais recursos foram direcionados para fortalecer políticas públicas por meio de convênios com entidades filantrópicas. Reforçaram-se ainda as dotações para os hospitais das Clínicas de Ribeirão Preto, Guido Guida de Poá, Amaral Carvalho, do Câncer de Barretos, de São José do Rio Preto e de Catanduva (Fundação Padre Albino), e de Base de São José do Rio Preto, bem como para a Fundação Pio XII e o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo.

Para atender as demandas relacionadas ao Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU/USP), ficou determinado que os recursos

obtidos por meio da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural destinados à USP serão integralmente aplicados no hospital.

Foram incrementados recursos para construção de fóruns e para as ações de soluções de conflitos, atendendo demandas de conciliadores e mediadores.

As ações de regularização fundiária realizadas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) receberão mais investimentos.

Foram aumentados os aportes para que os municípios invistam em segurança, adquirindo equipamentos e veículos para as guardas municipais.

Com relação ao desenvolvimento social, aumentaram-se os recursos para atendimento aos idosos e para a construção do Bom Prato em Itapevi.

**\*com informações da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo**